

REPERCUSSÕES EUROPEIAS DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

*Honor these brave seamen who thrust boldly but
into the Western Ocean, bating heavy seas and fight-
ing stiff westerlies, in their search for phantom
islands of delight!*

SAMUEL ELIOT MORISON

É lugar comum já banalizado dizer-se que os velhos se voltam constantemente para o passado para relembra-rem os tempos da mocidade e reviverem as alegrias de outros tempos, assim procurando aque- cer o coração, paradoxalmente ao calor de chamas há muito tempo extintas. Deve-se confessar ser esta uma verdade psicológica que não escapa à pessoa mais distraída, e me parece basear-se na dificuldade das pessoas idosas para compreenderem e se adaptarem aos tempos novos, com todo o seu cortejo de transformações, inovações e até re- voluções, que fazem recuar para planos remotos factos e gentes apenas de ontem.

Outro tanto ocorre com os povos que, na sua velhice, se relegados para planos secundários ao entrarem na decadência, a sua decrepitude os leva a, com maior ou menor frequência, evocar os seus tempos áureos. Os Gregos da época helenística, perdida a hegemonia entre os povos civilizados em benefício de Roma avassaladora, gostavam de recordar o seu passado heróico, quando eram denodados defensores da sua civilização — ainda antes de ter tomado corpo essa maravilhosa realidade que havia de ser a Europa — contra a deliquescente civili- zação persa, que ameaçava subverter essa Europa embrionária, a Héla- de divina. Ao recordarem esses tempos heróicos sentiam-se ter recuado novamente à independência, vendo o severo Romano conquistador deixar-se penetrar da beleza ática das letras helénicas e dos fáceis cos- tumes que fizeram de Corinto um Paris da Antiguidade.

E dando um salto prodigioso de séculos até aos tempos mais pró-

ximos de nós, os portugueses da época filipina, quando Portugal se encontrava dominado pela Monarquia espanhola, iam recordar e mentalmente reviver nas estrofes de Camões as glórias passadas e a era heróica das descobertas, quando Atlântico e Indico eram mares portugueses e as naus de velas enfunadas lhes cortavam as ondas impondo o domínio de Portugal aos mais variados povos de ambas as costas deses mares.

Tal como os velhos antes referidos, esses nossos antepassados, antes de chegar o momento de empunharem a espada ou o arcabuz para expulsarem o dominador intruso, refugiavam-se na leitura do livro desse Poeta de génio, "cuja lira sonora foi mais afamada que ditosa".

O mesmo surto passadista veio a dar-se no século XIX com o advento do Romantismo. Em face da profunda decadência em que o país caíra após as lutas civis da primeira metade do século, poetas, romancistas, dramaturgos, historiógrafos votaram-se à divulgação dos feitos dos portugueses na época heróica, esforçando-se por fazer reviver figuras homéricas e proezas brilhantíssimas para os homens do século XIX retemperarem as forças quebrantadas e daí colherem a lição capaz de levá-los a retomar o fio partido da história, quebrado na tarde trágica de Alcácer Quibir, fecho sangrento duma época em que Portugal ocupou inegavelmente o primeiro lugar entre as nações civilizadas do Mundo.

Mas a História não se repete. Nunca houve qualquer povo, decaído do fastígio do Poder e da glória, que algum dia a eles pudesse ter regressado. O curso da Civilização, que parece ter brotado na misteriosa Suméria e progressivamente foi avançando para o Ocidente, se foxou durante séculos na Europa ocidental e hoje parece ter atravessado para o outro lado do Atlântico, tem inexoravelmente, como em obediência a uma lei histórica, dado aos povos a sua oportunidade de ascenderem até ao zénite da sua vida histórica, para depois cíclicamente decaírem, vegetarem e até desaparecerem da face do Planeta, como os Etruscos, os Cartagineses, os Assírios e tantos outros cujas acções e feitos encham as páginas da História e cuja arte enriquece muitos museus do Mundo.

Não pode, pois, qualquer povo que um dia se destacou entre os demais e tantas vezes o superou pelo elevado grau da sua civilização e pelo brilhantismo da sua cultura, crer possível, uma vez entrada na sua decadência, voltar a disfrutar do antigo renome: *non bis idem* é, deixem-me repeti-lo, é uma inexorável lei da História.

Não podemos, os Portugueses, imaginar que no Mundo moderno, neste mundo agitado e convulso onde vivemos e no qual, como na selva bravia parece única lei vigente a do mais forte, que, de qualquer modo nós, ou os nossos pósteros, possamos fazer voltar Portugal a

ocupar o lugar cimeiro que ocupou nesse breve século e meio, mediado entre a conquista de Ceuta (1415) e o início da decadência nos meados do século XVI.

Já não há lugar para feitos heróicos colectivos à superfície da Terra, pelo menos de projecção mundial como a epopeia das descobertas seguidas do desbravamento da Africa e do Brasil. Em nossos dias actos equiparáveis aos dos nossos navegadores, irrompendo corajosamente por mares ignotos, só os dos astronautas, atravessando as solidões siderais, ainda ontem em direcção à Lua, amanhã possivelmente aos mais próximos planetas do sistema solar, feito só possível aos Estados onde, a par duma equipa de sábios e de técnicos de escol, há recursos financeiros quase inexgotáveis, ao lado dos quais bem apagada figura fariam os da Ordem de Cristo, que subsidiou tantas viagens dos nossos descobridores, e os do erário real após a morte do infante D. Henrique.

Não me apraz sentar-me junto da lareira, em frígida noite de inverno, ouvindo cair a chuva e sibilar a ventania, e ficar absorto de olhos a relembrar a nossa grandeza passada. E' esta a atitude normal nos seres desprovidos de energia moral, daqueles que em vez de viverem a encararem a vida defrente, preferem "deixar-se viver", seguindo ao sabor da corrente até onde ela os puder levar.

Já nos fins do século passado, o grande escritor Eça de Queirós, com a sua lucidez costumada, dizia, em carta a um amigo, que "não se curam misérias ressuscitando tradições", verdade perfeitamente evidente por si mesmo. Quando uma pátria entrou no declive fatal da sua decadência, não será o apelo à tradição que a deterá na descida, se o espírito desse apelo não for impulsionado pelas mesmas energias que a vivificaram noutros tempos.

Se apelar passivamente para a Tradição é erro, do qual podem resultar consequências as mais graves, em contrapartida renegar essa Tradição equivale a renegar a pátria que as tradições foram faceitando pelos séculos fora. Há em toda a tradição um fluido impalpável, *invisível* em si mesmo mas apenas visível nos seus efeitos e é a determinante dos factos que levam à unidade dum povo e a sua consciencialização como tal.

Quem ama a sua pátria (e quem a não amarás?) conscientemente, admira-a nas suas qualidades positivas, e procura corrigi-la nas negativas. No caso concreto dos Portugueses, ao rememorarem esse passado antes referido quando Portugal foi grande, devem procurar nesses feitos haurir as qualidades que possam contribuir para sustar a queda da sua Pátria na decadência morna desde os fins do século XVIII, seguidamente agravada.

* * *

Olhando o nosso passado nesse breve século e meio acima referido, espanta-nos hoje a soma de energia sobrehumana de que os portugueses desse tempo deram as mais extraordinárias provas, aliada em muitos deles a um saber reflexivo que lhes deu uma técnica e deles fez os navegadores mais hábeis e também os mais ousados. Viagens como a de Bartolomeu Dias, Diogo Cão, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, e do próprio Fernão de Magalhães (embora ao serviço da Espanha) para apenas me referir às mais famosas, ficaram para sempre paradigma de navegação científica, porque os navegadores quando partiam “não iam a acertar”, como escreveu o sábio Pedro Nunes. E homens como este mesmo Pedro Nunes, Duarte Pacheco, D. João de Castro, não honram pelo seu saber apenas a história da Ciência portuguesa, mas a da própria ciência europeia.

Alguns historiógrafos portugueses e especialistas navais demonstraram exuberantemente no nosso século que a arte de navegar, que até ao infante D. Henrique nenhuns progressos realizara, sofreu depois uma transformação radical, vindo a permitir as viagens de longo curso, por um lado pelo estudo das correntes marítimas e do regime dos ventos dominantes; pelo outro lado pelo recurso ao método da determinação das longitudes, o que, apesar dos aparelhos grosseiros então utilizados, se fazia com um aproximação que ainda hoje provoca a admiração dos técnicos.

Em 1912 o Eng^o Joaquim Bensaúde, o homen para com quem Portugal contraiu uma dívida (ainda por liquidar) e revelou quanto o Mundo deve à ciência portuguesa na época dos descobrimentos, escreveu:

*“Les entreprises maritimes du Portugal commencées timidement, se développèrent bientôt avec une remarquable rapidité. On enregistrait avec soin les enseignements acquis à chaque voyage; l'expérience fue le véritable secret des succès de l'Infant D. Henrique. De cette façon, on parvint à améliorer toutes les brances de la navigation et cet apprentissage conduisit un siècle plus tarde, en 1519, au plus hardi voyage de tous les peuples et de tous les temps, la circumnavigation du globe par Magalhães, un Portugais au service de l'Espagne”.*¹

E outro denodado campião da Ciência, o comandante A. Fontoura da Costa, que depois escreveria um livro notável *A marinharia dos Des-*

¹ *Regimento do Estrolabio e do Quadrante.* 2^a ed. Lisbonne. 1924. Pág. 2.

cobrimentos, durante o III Congresso Internacional da História das Ciências, realizado em Lisboa em 1936, perante um *parterre* de sábios vindos de muitos países do Mundo, defendeu o direito que Portugal tem de se lhe fazer justiça apagando definitivamente do, aliás ilustre, Humboldt, que contestou a prioridade portuguesa na navegação astronómica, acusação sem qualquer fundamento e perdeu até ao nosso século, sem antes se ter procurado investigar sequer se tal parecer tinha fundamentos sólidos.

Na sua conferência, intitulada *La Science nautique des Portugais à l'époque des découvertes*, disse o com. Fontoura da Costa:

"Des auxiliaires précieux, sur mer et sur terre, ont permis cette réhabilitation (do plano do Infante). Mais elle ne fut possible qu'en s'aidant d'instruments d'observation et méthodes de navigation nettement portugais; les marins européens ont profité des uns et des autres, c'est-à-dire, de notre science de la navigation, pendant une grande partie des XVème et XVIème siècles, les précieux routiers nationaux embrassant largement la première partie du XVème".

E, mais adiante, prossegue:

"Les premiers marins de l'Infant ne disposaient pour leurs aventureux voyages, que des procédés italiens et majorquins, pouvant à peine utiliser les routiers et les distances que donnaient les cartes marines de l'époque. Les voyages s'étendant à travers les mers jamais sillonnées auparavant, on éprouva le besoin de connaître la hauteur du pôle d'après l'observation des astres. C'est ainsi qu'apparut la navigation astronomique et ses régiments respectifs qui pendant les lustres suivants évoluèrent sous l'in-ent-ux effort des Lusitaniens et de quelques Ibériques à leur service, atteignant le maximum, dans notre pays, avec le cerveau merveilleux de Pedro Nunes — le plus remarquable mathématicien du XVIème siècle".²

Mas não foi apenas sob este aspecto que o Mundo sofreu profunda influência da Ciência portuguesa. Também na arte da cartografia deram lições preciosas os cartógrafos portugueses, inicialmente sob o impulso do grande mestre que foi Jácome de Maiorca (Jafuda Cresques), chegando os portugueses à perfeição incedível da célebre carta conhecida pelo nome de Cantino, e à outra maravilha, o atlas de Fernão Vaz Dourado.

Um ilustre cartógrafo do nosso século, o príncipe Youssouf Kamal, em complemento dos seus notáveis *Monumenta Cartographica Africae*

² III^o Congrès International d'Histoire des Sciences. MCMXXXVI. Lisbonne. Pág. 68.

et *Ægypti*, editados em Leida em 1935, teve ocasião de fazer justiça à cartografia e aos descobrimentos dos portugueses, quando escreveu:

"Je aeviens à l'époque Portugaise, pour ajouter que c'est grâce à leurs découvertes que furent faites, des côtes de l'Afrique, les premiers relevés astronomiques quoique ceci ne put être exécuté à l'époque des premiers voyages; que ce fut par eux que les différents points furent fixés sur la Carte, quoique avec inexactitude au commencement, et que furent faites aussi, pour la première fois, des estimations des distances, d'une façon très erronnée d'abord, mais suivie plus tard par des mensurations de plus en plus exactes, et que l'usage de la boussole, secondé par l'évolution lente et graduelle de l'Astronomie Nautique, en facilitant la prise de directions et le relevé des points d'une façon de plus en plus correcte, fit que la forme réelle de notre continent fut connue, et qu'existèrent aussi les toutes premières Cartes de l'Afrique totale, fussent-elles d'origine Portugaise ou étrangère".³

Escreveu o Dr. Armando Cortesão, cartógrafo e cartólogo eminente, que "a cartografia portuguesa, cuja criação e desenvolvimento foram consequência imediata e lógica dos descobrimentos, dominou, incontestavelmente toda a cartografia do Renascimentos"⁴.

Explica-se assim que muito cedo estrangeiros, curiosos primeiro, aventureiros a seguir e, finalmente, simples espíões accorressem a Lisboa, onde se acotovelavam indivíduos de todas as raças, desde os escravos negros e mouros até aos flamengos, alemães, genoveses, galegos, andaluzes e tantos outros, muitos dos quais seguiram nas caravelas henriquinas e nas naus manuelinas e alguns eles próprios descobridores, como Alvisi di Ca da Mosto, Antonioto de Noli e João da Nova.

Lisboa, na época áurea da epopeia marítima dos portugueses, foi uma cidade cosmopolita que atraiu as atenções da Europa, apesar das lutas constantes a travar-se entre vários Estados do centro europeu. Da sua vida intensa dão testemunho muitos estrangeiros que visitaram Portugal, causando o movimento intenso da Casa de Índia⁵ o espanto do

³ Cit. por Armando Cortesão, *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*. Vol. I. Lisboa. 1935. Pág. XXXIV. A par desta obra notável, publicou o ilustre Mestre dois volumes da *História da Cartografia portuguesa*, editada pela Junta de Investigações do Ultramar, não chegando a concluir o III volume, por entretanto ter falecido.

⁴ *Loc. cit.*

⁵ A Casa da Índia substituiu a antiga Casa da Mina, depois da viagem de Vasco da Gama. Possuía um riquíssimo arquivo e recheio, em que predominava o documental, tudo o que foi levado pelas águas do rio Tejo durante o terramoto de 1755.

então jovem e futuro historiador Damião da Góis, a servir no Paço real da Ribeira e, em idade madura, recordaria na *Cronica d'El-Rei D. Manuel*.

Natural era, por isso, que o simples desejo de estrangeiros darem a conhecer às suas terras os factos dos Portugueses ou, como por vezes aconteceu, transmitirem inforlações secretas aos seus países os levasse a aproveitarem a oportunidade.

Se varios autores no século passado e alguns no actual se referiram às obras que, escritas por portugueses, divulgaram na Europa os factos ligados aos descobrimentos e seus correlativos —sendo de justiça citar a obra *Portugal e os Estrangeiros* do fecundo escritor Manuel Bernardes Branco, no século passado— não havia ainda até aos nossos dias uma obra de conjunto na qual se compendiassem ou simplesmente se reunissem esses depoimentos até ao final do século XVI, momento em que teve início o retrocesso da história de Portugal.

Tal trabalho levou-o a cabo o, depois falecido, Dr. António Alberto Banha de Andrade, na obra *Mundos Novos do Mundo*, editada em 1972 pela benemérita Junta Científica de Investigações no Ultramar⁶ à qual se devem muitas outras obras do mais alto valor no campo da investigação histórica e científica relacionadas com o antigo Ultramar português.

Nessa obra não deixou o A. de reivindicar para a ciência e a técnica portuguesas o lugar a que têm direito e tantas vezes lhes tem sido negado (até por nacionais!) ou ignorado, deliberadamente ou por desleixo.

Não ocupa Portugal destacado lugar na história da Ciência por não ser o génio português propenso à especulação filosófica e científica, apesar de pelos séculos adiante, por vezes avultar um ou outro nome com obras dignas de apreço, sem, no entanto, os autores ocuparem grande espaço nos diversos volumes de história da Ciência, onde os consulentes procurarão em vão um nome português. E' caso frequente e para os Portugueses, percorrerem uma obra científica em língua estrangeira e raríssimas vezes se lhes depara o nome de um cientista português especialista em um ou outro ramo da Ciência.

Ausência de especialistas em Portugal? De modo nenhum, pois em muitos casos, o seu nome se ignora neste país fora do campo das especialidades. Muitos cientistas portugueses têm tomado parte activa em congressos das suas diversas especialidades. Mas se os trabalhos publicados daqueles que lhes deram publicidade raras vezes aparecem citados em obras estrangeiras, tal facto devé-se, ao que se supõe, à barreira da língua, ainda hoje inacessível, parece, e ignorada em geral entre os homens de Ciência, levando-os a não se aproximarem de obras, estudos e

⁶ 2 vols. de XLIX-1034, numeração seguida.

ensaios onde se debatem problemas de interesse científico, dando aqui ao adjectivo o seu sentido mais lato.

Algumas vezes houve desinteresse em indagar o que a Ciência deve aos Portugueses, chegando até à injustiça manifesta. Referir-me-ei, a propósito, a dois casos, já antigos e se prendem com os esforços despendidos por dois portugueses em prol do progresso científico: o já citado Pedro Nunes e o do Pe. Bartolomeu de Gusmão.

O primeiro, judeu português, (e saliente-se aqui o valioso contributo dos judeus portugueses, os de nação e os cristãos-novos, que deram grande desenvolvimento à navegação astronómica, em especial os que constituiram a Junta dos Matemáticos do Rei D. João II), inventou o aparelho de medição conhecido por "nónio" do nome alatinado do autor *Petrus Nonius*.

O segundo, luso-brasileiro, foi o primeiro homem que, embora de modo rudimentar, pela primeira vez se elevou nos ares na sua célebre "Passarola".

Ora o "nónio" é internacionalmente conhecido por *vernier*, do nome do francês que aperfeiçoou a obra de Pedro Nunes, raras vezes aparecendo este nome como o do inventor nas obras onde se faz referência ao nóio.

Quanto ao Pe. Gusmão, em todas as obras, pelo menos as do meu conhecimento onde se historicam as vicissitudes da conquista do ar, apenas numa delas se fala do padre e ainda assim de modo com seu quê de chocarreiro; em todas as demais se regista apenas o nome dos irmãos Mongolfier como o dos primeiros nautas aéreos. É certo não haver comparação possível entre a "Passarola" do Pe. Gusmão e o balão esférico dos Mongolfiers. Tampouco se pode comparar a vôo do Pe. Gusmão, partido do alto do castelo em Lisboa e "aterrado" no Terreiro do Paço, e o dos franceses que deu origem à carreira dos aerostatos, sendo de crer que mesmo os Mongolfiers ignorassem o padre português, tendo médeado entre as duas tentativas mais de 70 annos.

Curioso é assinalar, a propósito, que o primeiro grande impulso dado à aviação moderna, antes dos irmãos Wright, partiu também de um luso-brasileiro Santos Dumont, oriundo de família ainda hoje existente na cidade do Porto, sendo o seu nome recordado felizmente pelos autores de obras acerca de aviação. Recorde-se também que foi um português, o almirante Gago Coutinho, quem, com a adaptação feita no sextante aplicado à navegação aérea, exemplificada no célebre *raid* Lisboa-Rio de Janeiro em 1922, tornou possível os vôos de longo curso.

Revertendo a o tema nodal deste ensaio, é inegável, porque negá-lo além de injusto seria falseara a História, que com a acção expansionista dos Portugueses, muito diferente haveria sido o curso da história do Mundo e muito diversos os destinos da Humanidade. Sabe-se hoje perfei-

tamente que houve numerosos precursores e que se o infante D. Henrique não tivesse dado início à sua obra descobridora, outros se teriam aventurado aos mares, embora tarde e com intuítos diferentes e também em diferentes moldes.

Para o limbo das lendas sem qualquer fundamento, o ilustre Visconde de Santarém, há um século e meio lançou a imaginária fundação de uma colónia francesa na Guiné antes de os Portugueses a haverem descoberto. E o não menos ilustre almirante Gago Coutinho, já citado, em nossos dias, demonstrou com o seu saber probo, que, atendendo ao regime dos ventos dominantes no Atlântico, ninguém, antes dos navegadores de Portugal, poderia ter atingido a costa africana do golfo da Guiné ou as terras americanas do Norte e do Sul, para o que teria sido necessário ter adquirido o mesmo e demorado tirocínio dos caraveleiros do Infante e dos capitães de D. João II e de D. Manuel para poderem efectuar-se viagens de ida e retorno sem se correr o risco de jamais se atingirem os pontos indicados.

E se ainda hoje, sobretudo entre os povos do norte da Europa, há quem aceite o descobrimento da América pelos navegadores vikings no século IX D.C., a verdade é que quem conhece a arte de Marinharia e o regime dos ventos e das correntes, não pode dar o mínimo crédito ao que as sagas nórdicas narram, viagens tão fabulosas como os "erros" de Ulisses narrados por Homero na *Odisseia*. Jamais as pequenas embarcações dos Vikings, de pequeno calado e de uma vela redonda, poderiam afrontar, impunemente, os ventos do Atlântico norte nem os mares encafelados que por vezes aqueles dão origem. Teriam, ao que parece, alcançado a Gronclândia, mas é muito duvidoso que tivessem algum dia podido atravessar o estreito de Baffin.

Não merece sequer referência, e muito menos qualquer análise por ligeira, a suposta estadia de naveladoers fenícios (!) em terra brasileira ou até americana do Norte, como têm pretendido alguns autores votados à missão de descobrirem essa emaranhada teia conhecida por inscrições da já famosa Pedra de Dighton. A que fantasias recorrem aqueles que se propuseram, por razões de carácter patriótico ou outras menos respeitáveis, desacreditar a acção dos navegadores portugueses, descobridores do Mundo!

O historiador probo que, alheando-se de pruridos de qualquer ordem que o possam levar até à distorção da verdade documental, tem de reconhecer que a descoberta dos mundos africano ocidental e americano se deveu a navegadores e descobridores portugueses, impulsionados muitas vezes, é certo, por interesses que não eram meramente científicos e desinteressados, mas levaram a cabo missões difíceis das quais resultou o

enriquecimento do saber humano em todos os sectores do vasto campo da Ciência.

Não se trata, pois, de manifestar descabidos pruridos de patriotismo hauvinista afirmar-se, como antes afirmei, que sem a acção persistente dos Portugueses lançando-se no caminho dos mares para descobrirem terras, muito diferente teria sido o curso da História e muito diverso o destino de Portugal como nação independente. A Histórica não é nem pode ser profecia, porque está essencialmente voltada ao passado. Mas se, como escreveu Cícero, ela é *magistra vitae*, dela se podem tirar conclusões normativas de atitudes futuras.

Se não se tivessem lançado na faina descobridora de terras ignotas da Europa durante muitos séculos, teria Portugal sido fácil presa da Espanha para sempre na primeira oportunidade que se lhe deparasse. Recordarei que, durante os 60 anos de domínio dos Filipes (1580-1640) em quase todo o Ultramar português sempre flutuou a bandeira de Portugal, essa bandeira que todos os mares de globo tinham visto flutuar no topo dos mastros das naus. Recordarei também que foram os luso-brasileiros do século XVII quem bateu os franceses e os holandeses invasores do seu território na crença de ele ser então também dominada pelos Espanhóis. Recordarei ainda que do Brasil partiu a armada de Salvador Correia da Sá que expulsou depois os holandeses intrusos que se haviam apossado de Luanda. Foi assim o Portugal de além-mar quem ergueu bem alto a bandeira de Portugal, quando a da mãe-pátria se encontrava oculta pela de Castela.

Sem o seu império ultramarino, Portugal permaneceria para sempre ligado à Espanha como simples província, tal como a belicosa Catalunha, que apenas durante a guerra civil de 1936-39 conquistou bem efémera autonomia, malograda a anterior de 1640.

Após o esforço empregado em descobrir, conquistar e dominar territórios, missão que excedia em muito as suas forças humanas e recursos económicos de país pequeno e escassamente povoado, Portugal, apesar de exausto, conseguiu criar esse colosso que é o Brasil, na Índia deu corpo a um domínio onde se transfundiu a Lusitanidade ali gravada na alma não só dos mestiços (fruto da política iniciada por Afonso de Albuquerque com os casamentos mixtos de portugueses e mulheres hindus), na Guiné, em Cabo Verde, em Angola, em Moçambique, sempre procurou a paz para permitir aos naturais trabalharem, assimilando (nem sempre com êxito) os princípios civilizadores europeus, a despeito de tantas vezes elementos insubmissos terem tentado perturbar o ambiente de tranquilidade das populações. Muito diferentes são os tempos de hoje como consequência da campanha "anticolonialista" lançada pelos Estados Unidos da América, ao findar a II Guerra Mundial, e provinha dos

complexos daquele país que, apesar de ter alcançado lugar cimeiro entre todos os países do Mundo, parece jamais ter esquecido a ideia, nada desprimorosa aliás, de ter sido uma simples colónia —melhor se dirá um agrupamento de colónias— da Inglaterra durante dois séculos.

Tal como os indivíduos, também os povos podem sofrer colectivamente de complexos freudianos, explicáveis no indivíduo como ser psicosomático, mas dificilmente aceitáveis entre os povos. Sem as ideias simplistas de Franklin Roosevelt, postas em prática por Harry Truman e continuadas pelos seus imediatos sucessores e concretizadas pela O.N.U., é de crer que hoje a África e a Ásia de Sueste não se teriam pulverizado da forme em que se encontram, depois de terem atravessado períodos de terrorismo avassalador que espantaram e horrorizaram o mundo civilizado. A permanência dos países malevolamente acimados de "colonialistas" e "imperialistas", nos territórios que haviam descoberto e em tantos casos povoado, tendia para uma evolução que conduziria fatalmente à autonomia e depois à independência total após as populações terem assimilado os princípios da civilização incutidos pelos seus dominadores.

De resto, ao observarmos, por exemplo, o actual mapa da África e o compararmos com um dos tempos anteriores a 1914, logo verificaremos que os novos Estados ali constituídos se encontram, em maioria, dentro dos limites das antigas colónias, limites forçosamente artificiais por terem desprezado as etnias indígenas e sido traçados ao sabor da vontade ou das possibilidades dos colonizadores. Daí a instabilidade por que todos os novos Estados têm passado e tantas vezes têm levado a lutas cruentas, como se verificou no Congo belga e na Nigéria e hoje se vê nas antigas províncias portuguesas do Ultramar de Angola e Moçambique.

Invocar os princípios democráticos para justificar essa descolonização precipitada, parece argumento algo suspeito, porquanto só podem ter acesso ideaia de democracia os indivíduos mentalmente evoluídos e conscientes portanto das responsabilidades que impõe a cidadania; o mesmo com os povos que tenham atingido uma maturidade que nunca podem ter os que ainda possuem mentalidade primitiva, com todas as suas implicações a ligarem-se a um estado bem próximo da selvagerias.

Desde que a Bélgica se viu compelida em 1960 a dar ao Congo a independência, até à "descolonização" do Ultramar português em 1975, tudo o que ali decorreu ou ainda decorre só pode servir para demonstrar a verdade do que ficou dito.

Efectivamente, de nenhum dos territórios africanos dominados por Estados europeus foi tão longo esse domínio como o de Portugal na Guiné, em Angola, em Cabo Verde, em Moçambique, na Índia e em

Timor, territórios que portugueses descobriram e parcialmente colonizaram e onde deixaram, apesar de muitos erros cometidos, a sua *empreinte*, tendo dado às populações uma segurança que nunca lhes poderia ser assegurada se tivessem vivido, durante esses séculos todos, entregues a si mesmas, ao seu modo de viver primitivo, às suas superstições anti-humanas, aos seus ódios e guerras tribais e ao domínio dos sobas cúpidos e dos feiticeiros temerosos.

Exemplo bem patente e expressivo do reconhecimento por parte dos indígenas de Timor foi o da sua gratidão a Portugal, durante a invasão japonesa e sua ocupação da ilha no decurso da II Grande Guerra, batendo-se bravamente contra forças muito superiores e formidavelmente armadas e municadas, não tendo esses timorenses recuado diante de nenhuma crueldade da parte dos invasores inimigos. Amargura-se por isso o coração dos Portugueses e indigna-se a sua inteligência, vendo como os filhos desses bravos (e destaque aqui o, postumamente célebre, D. Aleixo condecorado *post mortem* pelo Governo português desse tempo, em reconhecimento da sua bravura que foi ao ponto de dar a vida por Portugal) e leais portugueses foram abandonados perante a luta desencadeada por uma força política minoritária apoiada do exterior, e isto a pouco mais de 30 anos da época em que seus pais se batiam sob o comando de oficiais portugueses nas guerrilhas contra os Japoneses.

Erros de extrema gravidade cometeram-nos no nosso século governos irresponsáveis que se mostraram incapazes de compreender os conselhos sábios e os patrióticos avisos de Paiva Couceiro⁷ e de Norton de Matos,⁸ dois homens politicamente adversários, porém irmanados no mesmo amor ao Portugal ultramarino. E o *Acto Colonial* de 1932 veio completar essa obra de irresponsabilidade, cujas fatais consequências eram fáceis de prever, assim se tendo criado um estado de espírito receptivo de tudo aquilo que pudesse originar o ódio a Portugal, sabiamente aproveitado por aqueles que viam na descolonização, levianamente lançada ao ar, uma forma cómoda de enfraquecer a resistência do Povo Português à implantação de ideias nos antípodas da tradição nacional.

Desta forma, o bloco Portugal-Ultramar abriu funda brecha por

⁷ Henrique Mitchell de Paiva Couceiro, oficial de artilharia, valente soldado, que combateu em Moçambique como subalterno de Mousinho de Albuquerque durante a revolta dos Vátuas. Foi Governador de Angola de 1907 a 1909.

⁸ Norton de Matos, oficial do Exército onde atingiu o posto de General, foi Ministro da Guerra no Governo chamado da "União Sagrada" quando Portugal entrou na guerra contra a Alemanha em 1916. Foi Alto-Comissário em Angola em 1920.

onde se precipitaram em cachão, todas as ambições mal contidas daqueles que se criam destinados a altos feitos, espécie de novos Moisés de via reduzida, condutores de povos, inspirados por altos ideais da emancipação, não passando, porém, de simples ambiciosos incultos, ostentando ainda a *empreinte* tribal, indelével quando o espírito não é facetado por uma elevada moral, neste caso a cristã, não trepidando ante o recurso ao massacre e à violação, indiferentes ao frémito de horror que se apassou do Mundo perante tal espectáculo, que só por inconsciência ou cinismo algém chamou "descolonização exemplar"!

Desaparecida, em breve espaço de meses, a obra que levou mais de quatro séculos a erguer, desamparado do Ultramar português, teve Portugal de voltar aos estreitos limites europeus do século XV.⁹ E continua a dizer-se que "recordar é viver", melhor se dizendo que "recordar é reviver"; a lembrança de um passado heróico ainda pode constituir, para os espíritos alquebrados pelos profundos traumatismos de um presente agitado e incerto, paliativo em que a alma se retempera, certa de que os Portugueses enfrentaram pelos séculos fora crises de extrema gravidade das quais conseguiram sair, senão mais fortes, ao menos mais seguros dos seus destinos.

Estou crente em que, passada a crise actual, Portugal continuará, embora mutilado, a sua rota de povo decaído, mas, espero, não decaedente, voltado para o futuro na busca de novos caminhos a trilhar, sem esquecer que é hoje uma Nação europeia, cujos destinos, quais eles forem, se encontrarão ligados aos da Europa, mãe de civilizações.

* * *

Como deixei antes dito, a obra *Novos Mundos do Mundo* constitui repositório dos depoimentos de estrangeiros acerca das descobertas dos Portugueses e dos novos mundos que eles trouxeram ao conhecimento da Europa. E' certo que alguns historiadores modernos, a partir de Jaime Cortesão,¹⁰ se têm referido ao "sigilo" que, desde o infante D. Henrique, teria rodeado a acção descobridora dos nossos navegadores, baseando-se, aquele historiador, na falta de obras a que alguns autores fazem referência mas desapareceram, ao truncamento de crónicas, como

⁹ O historiador norte-americano Samuel Eliot Morison que, fazendo justiça a Portugal, não lhe poupa alguns remosques: "Apparently the modern Portuguese would prefer to have had no empire at all; than to have acquired one by the hit-or-miss methods of the English!" (*The Voyages to America in the Fifteenth Century*. New York, 1973. Pág. 107).

¹⁰ Autor de numerosos estudos e ensaios acerca dos descobrimentos, entre os quais se distingue a obra monumental *Descobrimientos Portugueses*. 2 vols. Lisboa. 19....

a dos *Feitos de Guiné* de Gomes Enes de Zurara, e ao desaparecimento da de Afonso Cerveira, à qual Zurara alude mas da qual não houve mais notícia.

E' de aceitar que no tempo, e talvez por ordem do Rei D. João II, se procurasse fazer silêncio à volta das viagens de alguns navegadores, silêncio portanto relativo, pois navegadores estrangeiros, como o célebre Ca da Mosto, ao serviço de Portugal, descreveram ou se referiram a essas viagens, enquanto, com o decorrer dos tempos, mercadores estrangeiros foram autorizados a negociar em terras descobertas por portugueses, sem quaisquer restrições senão as que os diplomas reais impunham a todos os mercadores.

O autor da obra citada refere que na tese de Jaime Cortesão encontrou muitas contradições, embora admitindo que no fundo há algo de verdadeiro, escrevendo:

"Havia incontestavelmente de guardar certo segredo, mas também se conheciam as dificuldades que essa política comportava sabendo-se muito bem que empresa de tão grandes proporções não seria susceptível de êxito se se fechassem as portas à cooperação estrangeira. D. João II, como já o fizera o Infante D. Henrique, admitiu-a, e precisamente no que se refere ao comércio, parecendo, por isso, que, mais do que o *sigilo*, lhe importava o monopólio comercial".¹¹

E' uma opinião ponderada, que contrasta com a que Jaime Cortesão inicialmente aventou e que, embora brilhantemente exposta, não poderia convencer quem analisasse a questão com a devida atenção. Seria, de facto, completamente impossível conservar as viagens marítimas de descobrimento e de comércio no segredo, quando Portugal tinha ao pé da porta um vizinho que já ocupara, ainda não completamente, as ilhas Canárias, a propósito das quais chegou Portugal a ter atritos com Castela, questão que foi levada perante o Papa.

E sendo aquelas ilhas ponto obrigatório de passagem das caravelas que se dirigiam para o Sul, naturalmente não poderiam estas passar despercebidas, não devendo ainda esquecer-se que as costas marroquinas eram frequentadas pelos pescadores de Palos de Muger e outras localidades ribeirinhas do golfo de Cádiz, cujos descendentes no final do século XV, iriam tripular as naus de Colombo e dos seus continuadores.

Todavía, quando a expansão portuguesa começou a atingir o seu acume, começou também a participar e a proliferar a espécie "espião", que parece ter pululado em Lisboa. E assim esses espíões, dir-se-ia hoje

¹¹ *Ob. cit.*, Vol. I. Pág. 109.

esses "agentes secretos", procuravam subornar indivíduos susceptíveis de fornecerem elementos úteis, particularmente cartográficos. Supõe-se até que foi um desses, inominado mas grande artista, quem executou a famosa carta oferecida pelo embaixador Alberto Cantino ao seu patrono Hércules de Este, duque de Ferrara, carta que um felicíssimo acaso permitiu, no século passado, salvar do destino inglório que lhe estava reservado na loja de um salchicheiro aonde ela inconcebivelmente fora parar...

"Os estrangeiros —prosegue o Autor— não necessitavam, porém, do estímulo dessas notícias escritas autorizadas para procurarem saber de quanto se passava no extremo ocidental da Europa, e acorreram, para comprar e para espiar. Por todo este conjunto de circunstâncias, as descobertas geográficas foram recolhidas, sem grandes demoras, na cartografia europeia. Com efeito, os estudiosos deste género de informações reconhecem, de uma maneira geral, a origem portuguesa, quando não a própria feitura dos portulanos, planisférios e demais espécies de mapas, que ostentam as novas terras do Globo".¹²

Noutro local da obra, escreve: "Foram, sem dúvida, os estrangeiros que primeiro tiveram a preocupação de divulgar, sem restrições, quanto conseguiram saber, tendo sido a relação de Ca da Mosto o primeiro escrito narrativo de autoria estrangeira".¹³

Numerosos, depois deste navegador, foram estrangeirões que se referiram às viagens de descobrimento dos Portugueses, quer por informação directa, quer de segunda mão, informações que tantas vezes consistiam no envio de cartas marítimas que vieram, por sua vez, a influir no aperfeiçoamento da cartografia estrangeira.

Relatos de navegadores portugueses e estrangeiros ao serviço de Portugal, foram depois traduzidos e publicados, isoladamente ou em conjunto com outros, como nos *Paesi nuouamente retrovati* de Francesco de Montalbodo e as *Navigazioni e Viaggi* de Giambattista Ramusio.

A Europa, como se disse já, seguida com curiosidade as viagens das caravelas e das naus portuguesas, mas tal curiosidade nada tinha de desinteressado. Na generalidade, que os Portugueses, por um esforço heróico, fossem descobrindo novos mundos, havia tantos séculos ocultos, só oferecia interesse do ponto de vista prático e realista: saber se dessas viagens os Portugueses colhiam algum proveito substancial de ordem material, crematística mesmo, que amanhã outros, seguindo os caminhos percorridos pelos atrevidos nautas, pudessem também fazer colheita.

¹² Vol. cit. Pág XLVII.

¹³ Vol. II. Pág. 54.

Sabe-se que, no interesse moralmente espiritual e científico que, de início, D. Henrique imprimira às primeiras viagens ao longo da costa africana, breve se seguiu interesse mais prosaico, diríamos melhor, mais prático com a vinda dos primeiros escravos, e mais tarde o ouro, o famoso ouro do Congo, cuja fama parece ter-se divulgado por intermédio dos traficantes muçulmanos da costa oriental africana, depois se espalhando pela Europa ocidental. Antes disso começaram os navegadores a “resgatar” o ouro em pó da terra dos Azenegues. Se a vinda dos escravos, aos olhos do Infante, constituía modo prático de, pela conversão ao Cristianismo (segundo as ideias do tempo, entenda-se), salvar-lhes a alma pelo baptismo, conforme escreveu Zurara, isso não impediu que dentro de pouco tempo, a escravatura se tornasse negócio rendoso, depois da afortunada viagem de Lançarote de Freitas (1445) à Guiné, negócio que prosperou extraordinariamente, sobretudo após a fixação de colonos portugueses no Brasil, cujos indígenas se recusavam ao trabalho forçado e não se deixavam capturar.

Uma das manchas da história de Portugal, aos olhos das gentes da nossa época, é precisamente a de os Portugueses em tempos modernos terem dado início ao comércio dos escravos, no que, aliás, foram seguidos pelos Espanhóis e pelos Ingleses, quando estes se estabeleceram em terras americanas. O pensamento inicial do Infante, de carácter meramente espiritual —e hoje se nos afigura muito ingénuo— foi esquecido por incompreendido, e o escravo, em particular o negro veio a constituir o elemento base da mão-de-obra nos territórios ultramarinos, enquanto na Metrópole, que passou a estar inçada deles, se dedicava aos variados mesteres muito especialmente os de carácter doméstico. Com grande espanto, o bom observador que foi o poeta Garcia de Resende, já nos meados do século XVI se queixava de ver os portugueses válidos espalharem-se pelo Mundo e o reino ser invadido de escravos:

Vemos no reino meter
Tantos cativos crescer
E irem-se os naturais,
Que se assim for serão mais
Eles que nós, a meu ver.¹⁴

Todavia na análise deste facto não convém, por contrário as que deve assumir o historiador probo, transportar para o passado ideias e modos de ver dos tempos actuais. Não pode, por isso, ter-se por científico condenar *in limine* o Infante e quantos com ele colaboraram na busca de negros a cativar. Cada facto histórico, para ser analisado objec-

¹⁴ *Miscelania*, v. 189.

tivamente, tem de inserir-se no seu ambiente epocal, atendendo-se às correntes ideológicas, religiosas e morais dominantes, que o explicam e até, em certas circunstâncias, o justificam.

As modernas ideias de liberdade do Homem, já presentidas pelos Estóicos na Antiguidade e depois, na Idade Média, mas só defendidas sistematicamente a partir de Rousseau, eram desconhecidas por inacessíveis pelos homens da Meia Idade tantos dos quais apenas conheciam, em relação à fé, o livre arbítrio postulado pelo Cristianismo, como o havia sido pelo Judaísmo. E D. Henrique, ideologicamente um homem medieval, aceitava perfeitamente que pudessem cativar-se homens de outras raças e pagãos para os converter à religião cristã. Os tempos haviam desviartuado as palavras de Cristo quanto à conversão, que deve resultar da crença *interior* e não imposta do *exterior*. Noutro plano vamos encontrar também crença semelhante entre os Dominicanos dos séculos XIII ao XVI quando, como inquisidores, aceitaram a queima dos hereges nela vendo um acto cristão também para benefício da alma deles, hereges, à imitação da justiça secular a qual adoptava o mesmo sistema para punição de criminosos. Felipe o *Belo*, rei de França, mandou queimar Jacques de Molay e os templários seus companheiros, tal como a Senhoria de Florença condenou à fogueira o frade Savonarola, enquanto o concílio de Constança condenou e relegou João Huss à justiça secular como herege.

A aceitação da escravidão de seres humanos de raças diferentes, conquanto resultante de um preconceito, só nos tempos modernos desfeito, perdeu durante séculos. Por isso todo o Mundo achou uma monstruosidade a doutrina do Nacional-Socialismo hitleriano levada a cabo até aos seus limites extremos, nos famosos campos de Auschwitz, Dachau, Treblinka e muitos mais, que, em pleno século XX, sucederam aos *quemaderos* de Sevilha no século XVI.

* * *

A crítica histórica moderna, rigorosamente científica, já não participa da dos tempos passados, ainda próximos de nós, relativamente aos descobrimentos portugueses e à prioridade de Portugal no alargamento do Mundo em benefício da Ciência e da Humanidade.

Principalmente desde que Joaquim Bensaúde demonstrou documentalmente como foram navegadores portugueses quem deu começo à navegação astronómica, que permitiu aos navegantes abandonar as rotas costeiras e lançarem-se ao grande "golfão", será ignorância ou má-fé dizer-se que tal processo de navegação já era conhecido dos marinheiros dos países mediterrâneos, como escreveu Humoldt.

Sabe-se que foi a necessidade de assegurar o regresso dos navios

idos à Guiné para evitar os ventos contrários, que obrigou à especulação no sentido de os nautas poderem engolfar-se no Atlântico o que teve início na ocasião em que os navios começaram a fazer a chamada "volta da Mina".

Mestres eminentes dos nossos dias, como Luciano Pereira da Silva, António Barbosa e o já citado Com. A. Fontoura da Costa, utilizaram os dados transmitidos por J. Bensaúde traçando as linhas sobre que assentou a arte de navegar dos marinheiros portugueses a partir do tempo do Infante, pelo que só nos nossos dias pôde compreender-se a verdade já expressa pelo ilustre Pedro Nunes no século XVI, tida até aos meados do nosso século como manifestação de vaidade nacional: "Não há dúvida que as navegações deste reino de cem anos a esta parte, são as maiores, mais maravilhosas, de mais altas e mais discretas conjecturas, que ao de nenhuma outra gente do mundo".¹⁵

Acidentalmente foi a conquista de Ceuta a determinante imediata do início das viagens de descobrimento não só porque, desde 1416, D. Henrique mantinha caravelas no mar para a vigilância das costas marroquinas, uma das quais, apanhada por vento tormentoso, foi arrastada até à ilha de Porto Santo, como também porque o Infante sentia curiosidade em conhecer o que pudesse saber-se acerca dos povos que viviam para o sul e dos quais ouvira falar em Ceuta.

Fossem quais fossem as razões que o impulsionaram a lançar-se na aventura marítima, depois continuada em moldes diferentes e mais amplas bases por seu sobrinho-neto D. João II, a verdade inofismável é ter sido ele o iniciador dos descobrimentos que vieram a alterar profundamente o curso da História e os destinos do Homem. Como escreveu o historiador holandês Huizinga "D. Henrique foi, afinal, sem o querer, um dos maiores construtores do mundo moderno".¹⁶

Naturalmente, dada a escassez de recursos humanos do país, teve ele de recorrer, logo de início, a colaboradores estrangeiros, cartógrafos, como o já citado Jácome de Maiorca, ou navegadores, alguns dos quais divulgaram por escrito as suas viagens, como já se disse, tendo desta forma contribuído para atrair novos aventureiros, muitos deles depois fixados em Portugal.

E à medida que se desvendava a vastidão do continente africano, a Europa tomava consciência da vastidão da Terra, desfazendo-se como fumo no ar os mitos vindos do passado remoto que Ptolomeu ainda registara e haviam sido lei durante séculos.

¹⁵ *Tratado da Sphera*. Ortografia actualizada.

¹⁶ Cit. pelo Dr. Veiga Simões, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Vol. I. Lisboa. 1937. Pág. 356.

Quando se concretizou o objectivo de alcançar a Índia e as terras das especiarias, posta completamente de parte a ideia mirífica de lá se chegar através do império do decantado Preste João, era já a simples ambição que levava portugueses e estrangeiros a percorrerem os mares. E foi esse sonho ambicioso de chegar ao fabuloso país das riquezas traduzidas em ouro puro que gerou no cérebro de Cristóvão Colombo a ideia de navegar para o Ocidente.

Apesar de ter vivido alguns anos em Portugal e casado em primeiras núpcias com uma filha de Bartolomeu Perestrelo, donatário da ilha da Madeira, a sua ideia que, posteriormente ao seu descobrimento se afigurou natural, não resultou de qualquer plano cientificamente concebido, como os que precediam as viagens oficiais dos navegadores portugueses. Como escreveu um autor moderno:

*"Colón estaba muy lejos de ser un científico o de tener una idea de lo que trataba de hacer (...). Su proeza la realizó siguiendo la inspiración mística, de que atravesando el océano, podría descubrir e, incluso, llegar a Catay, o más bien, de que era una especie de bajel elegido —Cristóforo, el mensajero de Cristo— destinado a descubrir la visión apocalíptica de 'un nuevo cielo y una nueva tierra'".*¹⁷

Estas palavras, que expressam uma verdade que não pode, por o ser, deixar de aceitar-se, são, no entanto, linhas acima, prejudicadas com chamar a Colombo *"el príncipe de los navegantes, y el más afortunado de los exploradores"*, obviamente um elogio hiperbólico como o sabem todos os que não são hóspedes na história dos descobrimentos e conhecem em pormenor a vida do genovês desde que ele chegou a Portugal, em frente de cuja costa naufragou quando vinha da sua terra.

O feito de Colombo em si mesmo pode considerar-se rotineiro dentro do quadro dos descobrimentos marítimos do século XV. Comparado com a viagem de Vasco da Gama, a de Pedro Álvares Cabral, e sobretudo a de Fernão de Magalhães (o *Magallanes* das histórias de Espanha), a 1.^a viagem de Colombo só tem de extraordinário o ter sido à aventura, apesar de no seu início ele se ter aproveitado dos processos dos navegadores portugueses para o Sul e o Oeste, afim de fugir às calmas equatoriais.

O que deu relevância às viagens do genovês, vulgar ambicioso misto de iluminado, foi a acção posterior dos "conquistadores" que se lhe seguiram: —Hernán Cortez, Vasco Nuñez de Balboa, Francisco Pi-

¹⁷ *La Ciencia en la historia*, por JOHN D. BERNAL. Trad. cast. Universidad Nacional Autónoma de México. 1959. Pág. 347.

zarro e tantos mais— que conseguiram, por processos muitas vezes descaroáveis, descobrir as riquezas ocultas no solo americano que Colombo buscava... na Ásia.

Foi pois a acção desses “conquistadores” ambiciosos, cruéis, mas de coragem decidida, que deu realidade ao sonho colombo, sem o qual naturalmente não teria sido possível o estabelecimento dos Espanhóis em terras americanas, aonde aliás navegadores portugueses (recordemos os nomes dos Corte-Reais desaparecidos nos mares da Terra Nova) acabariam por chegar.

Mas, com toda a sua aventura, o feito de Colombo só pôde tornar-se realidade, porque ele durante a sua permanência em Portugal, teve conhecimento, vago embora, de terra a Ocidente, que ele piamente cria ser o Catai de Marco Polo e não um novo continente, um Novo Mundo.

Assim, se só poucos anos depois de Colombo, marinheiros portugueses puseram pé em território da Norte América —os citados irmãos Corte-Real¹⁸— a verdade é que a chegada do genovês às Bahamas foi consequência da acção descobridora dos Portugueses.¹⁹

Portugal é hoje país decaído da sua grandeza passada, esta bem fugaz, aliás, e recentemente foi despojado ingloriamente de um património que era o que lhe restava de tantas espoliações de holandeses e de ingleses nos séculos pretéritos. Limitado ao pequeno rectângulo irregular do território europeu, restam-lhe precisamente as ilhas adjacentes e também primeiras colonizadas já no século XV e a Portugal se encontram ligadas por laços afectivos e de sangue, que criminosamente alguns têm querido quebrar.

Já não há mais mundos a descobrir, e aos Portugueses já não cabe fazer descobertas nos espaços siderais, proeza deixada a Estados na posse de recursos que nos faltam.

Pessoalmente, estou, crente em que diante dos Portugueses os espera uma missão tão vasta e tão grandiosa como aquela que se abriu perante os seus antepassados quando as caravelhas henriquinas começaram a desvender os segredos do mundo ignorado. Tal missão depende inteiramente deles e só eles a podem levar a cabo: descobrir-se a si próprios.

A. ALVARO DÓRIA

¹⁸ “as there is no evidence of John Cabot having coasted further north than his landfall at Cape Breton, Gaspar Corte-Real should be regarded as the real discoverer of Newfoundland”. SAMUEL ELIOT MORISON, *ob. cit.* Pág. 11.

¹⁹ O mesmo historiador norte-americano citado na nota anterior e a quem se deve uma monumental e magnífica biografia de Cristóvão Colombo, reconhece que “without the preliminary work of the Portuguese the First Voyage of Columbus could not have attained its object”. *Ob. cit.* Pág. 5.